

## 45 anos do lançamento de A Inflação Brasileira



Neste 2008, se completará 45 anos do lançamento de um livro que é um marco na história do pensamento econômico do país: *A Inflação Brasileira*, de Ignácio Rangel. Ao lado de Celso Furtado, Caio Prado Jr., Milton Santos, entre outros, Rangel é leitura obrigatória para quem estuda a história do Brasil. Sua originalidade ao abordar a questão inflacionária, bem como a de apontar a dualidade dos fatores internos e externos na formação econômica e social do país, é um legado que, nesta edição do *JE*, é retomado a partir do estudo do professor Elias Jabbour, doutorando da USP. **Página 3**

**Álbum de memórias de Maria José Cyhlar Monteiro**  
Página 7

**Orçamento para educação ainda é pequeno no RJ**  
Página 14

## Lições de um pensador do Brasil

■ No segundo semestre de 2007, o Banco Central interrompeu o movimento de queda na taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, que devido a este procedimento ainda se mantém como a segunda mais alta do mundo. As justificativas foram o que os monetaristas do BC identificam como riscos de uma retomada da inflação, o aquecimento das vendas proporcionado pelo aumento da massa salarial, colocando em risco a capacidade de oferta da indústria.

Foi exatamente para se contrapor a visões como essa do processo inflacionário que, em abril de 1963, Ignácio Rangel lançou o livro *A Inflação Brasileira*, que se tornaria marco e referência dos estudos e do pensamento econômico em nosso país. Em uma de suas conclusões, ele escreve que “um país de demanda crônica e necessariamente insuficiente se apresenta, para quem não possa erguer o chamado ‘véu monetário’, como um país de demanda excessiva; um país de oferta necessariamente excessiva de capitais se apresenta como se padecesse de crônica e incurável insuficiência de capitais; um país que sufoca ao peso de sua própria capacidade produtiva ociosa apresenta-se como se tudo lhe faltasse”. E é partindo “dessa determinação essencial”, como a denominou, que Ignácio Rangel empreendeu o que ele identificava como “caminhar para a estabilização monetária através da conservação e elevação eventual da taxa de desenvolvimento da economia brasileira”.

O livro, republicado em 2005 pela Editora Contraponto, nas “Obras reunidas de Ignácio Rangel”, é tema de artigo especial desta edição, escrito pelo professor Elias Jabbour, da UFSC, celebrando os 45 anos de sua primeira edição. A importância de Ignácio Rangel para o Brasil ficou bem expressa nas palavras de Paulo Tarso P.L. Soares, em “A grande obra de Ignácio Rangel” (1995), retomadas por Márcio Henrique Monteiro de Castro, na apresentação das “Obras reunidas”: “(...) Em março de 1994, o Brasil perdeu um dos maiores pensadores do seu processo de desenvolvimento. Homens com a independência intelectual e a coragem política de Rangel fazem muita falta para os que ficam”.

Esta é uma edição de memórias de economistas. Além de Ignácio Rangel, este *JE* traz um álbum de lembranças de Maria José Cyhlar Monteiro. Aos dois dedicamos esta edição, com os votos de que suas lições nos inspirem novas conquistas neste novo ano. **Je**

# SUMÁRIO



3

Elias Jabbour

## 45 anos do livro marco do economista Ignácio Rangel

7

Sylvio Wanick Ribeiro

### Álbum de memórias: Maria José Cyhlar

10

Fernanda Milne-Jones Náder Garavini

### As injustiças na Reforma da Previdência

13

Resenha

### Um futuro para o campo

14

Fórum Popular de Orçamento

### O orçamento para a educação no Estado e no Município do Rio de Janeiro

16

### Alunos aprovados no exame da Anpec

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**Je** JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sergio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - [rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com) • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

#### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900  
**Telefax:** (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
**Internet:** <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto  
**Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

#### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535  
**Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

## Ignácio Rangel e a Economia Política do Brasil

# 45 anos do livro marco do economista

Nosso objetivo aqui, pela passagem dos 45 anos da publicação de **A Inflação Brasileira** – notadamente a obra de maior impacto de Ignácio Rangel – é expor a construção, as linhas mestras e a argumentação central demonstrada por Rangel nas páginas de tão importante, atual e indispensável obra.

■ Elias Jabbour\*

O pensamento econômico brasileiro moderno é marcado por uma série de colaborações que até hoje servem de base ao pensamento nacional de caráter desenvolvimentista. Exemplos são muitos, entre eles Celso Furtado e sua obra magna, *Formação Econômica do Brasil*, a quem – independentemente das críticas a posteriori – devemos a importante elaboração da constituição de um centro dinâmico interno à economia brasileira, pós-crise de 1929.

Na mesma linha de raciocínio de nosso desenvolvimentismo clássico, exposto desde nosso “Patriarca da Independência”, José Bonifácio, até Furtado, porém, com uma matriz centrada em variadas categorias do materialismo histórico, pode-se auferir, numa visão particular, no pensamento independente de Ignácio Rangel, o ápice do materialismo histórico adaptado à realidade brasileira e também do nacionalismo expressado sob forma de teoria econômica (1).

### Surgimento da teoria

Assim como todo o corpo teórico produzido pelo autor, *A Inflação Brasileira* é uma aplicação concreta de sua idéia de “dualidade básica da formação sócio-econômica brasileira”. Trata-se de um caso raro de relacionamento entre os elementos constitutivos de uma dada formação social, com seus



contemporâneos fenômenos macroeconômicos (2).

Naquele momento, em 1962, assim como hoje, no campo das idéias, o pensamento econômico brasileiro se definia por uma idéia quase única sobre a natureza de nosso processo inflacionário. Ou seja, a gênese de nosso processo inflacionário está tanto na demanda excessiva quanto na natureza inelástica da oferta (3).

Ao não se perceber com exatidão a natureza das crises de realização no Brasil, enfatiza-se, até hoje, assertivas equivocadas como a da insuficiência de poupança interna como a causa primária da

crise, quando, para Rangel, a crise é expressão justamente do contrário (4). Porém, atualmente, assiste-se a uma grande utilização de capacidade produtiva instalada, o que não invalida a tese central de Rangel (excesso de poupança), tendo em vista que: 1) houve destruição de forças produtivas no Brasil, na década de 1990, por conta das políticas “estabilizadoras” neoliberais; e 2) têm sido pífios os investimentos em novas capacidades produtivas.

Concluir que a crise reside na abundância de poupança demandou um caminho teórico nada peculiar, pois, se de um lado Rangel



tinha de passar pelo estágio em que suas análises dos aspectos reais do processo econômico (como a relação entre recursos ociosos e desenvolvimento econômico) demandavam uma futura percepção monetária ou, melhor dizendo, uma melhor compreensão das peculiaridades da moeda brasileira, por outro, para sobrepujar o “pensamento único” de então, somente algo baseado em um conhecimento profundo do concreto poderia resistir às provas subseqüentes e, inclusive, à censura branca imposta à sua obra, que somente há pouco tempo tem sido levantada.

Desta forma, Rangel levantou o que ele chamou de “véu monetário”, partindo das múltiplas determinações do processo que envolve a reprodução da moeda no Brasil. Entre as determinações deste processo podemos citar: os ciclos médios (Juglar-Marx) e longos (Kondratieff) da conjuntura, a taxa de exploração do sistema, o conceito de poupança interna, partindo da categoria marxiana de capital constante, e a pedra de toque de toda essa cadeia, sintetizada na capacidade ociosa empiricamente demonstrada e sua relação direta com nossos ciclos endógenos de crescimento e conseqüentemente com a inflação.

**Afinal, em Rangel, a inflação é uma expressão cíclica que demonstra o nível de acúmulo de capacidade ociosa no sistema e, conseqüentemente, do nível de recessão da economia como um todo, resultante de um subconsumo oriundo da taxa, crescentemente elevada, de exploração da economia brasileira (5).**

Assim, ao contrário do senso comum – antinacional – que demonstra a inflação como causa da crise, em A Inflação Brasileira expõe-se o contrário: a inflação co-

mo conseqüência do processo, um epifenômeno. Isso muda completamente a forma de se enxergar o óbice econômico dado, cujo enfrentamento e superação são determinados por uma visão tipicamente de classe social (6).

### A mito da inflação de demanda

Influenciado pelo método utilizado por Lênin, em O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, no qual o teórico e prático russo parte para a análise da formação do mercado interno como a base para uma explicação consistente do processo de desenvolvimento daquela formação social, Rangel buscou a raiz do processo inflacionário no Brasil justamente na forma e na história da formação do mercado interno brasileiro.

Em face do pacto de poder no Brasil pós-1930, capitaneado pelo latifúndio, tendo como sócio-menor o capital industrial, o nosso processo de expansão industrial ocorreu – numa típica Via Prussiana – sem uma reforma na arcaica estrutura fundiária no Brasil. Com o desenvolvimento industrial do país, que passou a suprir o campo de máquinas e insumos necessários para o desenvolvimento do meio rural, essa formação é responsável cíclicas crises de superpopulação que, ao se transferir para as cidades, pressionava para baixo os salários, viabilizando uma altíssima taxa de exploração no sistema.

Resulta disso, como já citado, uma dita crise de subconsumo, ou um rebaixamento da demanda por bens de consumo em relação à capacidade produtiva instalada. A idéia de inflação por excesso de demanda impede grande parcela de nosso pensamento econômico de enxergar tanto o problema da capacidade ociosa, quanto seu re-

sultado: a alta taxa de exploração e sua relação direta com o fenômeno inflacionário. Em outras palavras, a inflação como efeito da má distribuição de renda no país.

**A conseqüência imediata desse estado de coisas, para Rangel, é um descompasso entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, demonstrado na excessiva permanência de mais-valia nas mãos dos proprietários, concomitante com o aumento da produtividade do trabalho, porém, com não correspondência no aumento da participação dos salários na renda nacional (7).** Esse é um lado da formação do problema.

O outro é que surge a questão da emissão monetária, que para o senso comum generalizante do pensamento econômico hegemônico ensinava (e ensaja) – no Brasil – uma expansão da demanda ao contrário da lógica marxiana, que advoga a tese onde se lê que, se aumenta a quantidade de dinheiro em circulação, dada a velocidade desta, o dinheiro perde valor e, no fundo, dada a quantidade emitida não houve aumento da quantidade de dinheiro.

Ocorre que só pode haver aumento da demanda se houver investimento, caso contrário o que ocorre é puro e simples aumento de preços. Logo, em Rangel, o centro de gravidade do problema inflacionário no Brasil (devido ao fato de a alta taxa de exploração do sistema afetar a expansão da demanda e a emissão não suscitar o aumento desta) es-

tá no mecanismo de formação de preços do sistema.

A intermediação de comercialização de produtos agrícolas é o outro lado do problema. Organizados como oligopsônios, porém agindo como monopólios, valiam-se da baixa elasticidade da demanda para impor uma elevada elasticidade da oferta de produtos primários. Agindo dessa forma, desorganizam e induzem uma escassez da produção para a imposição de preços não condizentes com a realidade. Desta forma, influenciam todo o conjunto da economia, pois, na medida em que uma maior parte da renda obtida é destinada à compra de gêneros alimentícios, escasseia-se o consumo por outros bens. A capacidade ociosa torna-se uma realidade, da mesma forma que, no setor industrial e de serviços públicos – caracterizados por uma organização oligopólica – também se busca a manutenção de lucros anteriores, mesmo com a baixa utilização de capacidade produtiva. Como conseqüência da premência de




uma conjuntura recessiva, surge a inflação (8).

Como epifenômeno, o processo inflacionário por administração de preços, que marca nossa história econômica é, em A Inflação Brasileira, diagnosticado também como mecanismo de defesa do sistema. Afinal, sendo alta a taxa de exploração do sistema, o montante de mais-valia concentrada nas mãos dos empresários tende

(com a inflação, a desvalorização da moeda e de taxas de juros negativas praticadas pelos bancos) a ser empregado em novos projetos, investimentos, deprimindo, assim, a preferência pela liquidez do sistema e aumentando a taxa de imobilização desse sistema. Esse movimento dialético, cíclico e determinado historicamente serve para a manutenção de uma demanda agregada e das taxas de lu-

cro anteriormente auferidas (9).

Retornando à questão da emissão monetária e repetindo, Rangel fecha o circuito do ciclo inflacionário e dá um golpe mortal na essência da tese monetarista para quem a inflação é causada, também, pela emissão monetária que seria responsável, além de uma recomposição de demanda, por um aumento dos preços. Se para Marx a variável renda está relacionada

com - porém independente - o investimento, logo numa economia oligopolizada, com altas taxas de exploração e onde o processo inflacionário transforma-se num mecanismo de defesa, a emissão monetária é uma resposta ao deliberado aumento dos preços, à diminuição da quantidade real de moeda e ao próprio déficit governamental causado pelo movimento para cima dos preços. 

## Da antítese à síntese

Da notável capacidade de abstração de Rangel pode-se extrair, em A Inflação Brasileira, sua capacidade de observar o conjunto do movimento econômico e sua história, para em seguida apontar seu óbice, sua antítese e sua síntese. Trocando em miúdos: assim como a pequena produção mercantil em vias de se transformar em indústria sinalizava a decadência do complexo rural e a necessidade de novas formas de enquadramento institucional, a inflação como uma anomalia típica de economias de mercado, no Brasil, suscitou, já na década de 1960, a superação de um tipo de capitalismo para outro, baseado na fusão entre capital bancário com o capital industrial.

A inflação e as taxas de juros negativas dela suscitadas explicam, no todo, o paradoxo de se assistir a que uma economia em que a baixa eficácia marginal do capital era a tônica fosse propiciar o surgimento de um sistema financeiro. A inflação em sua vertente brasileira gerava duas condições objetivas para o surgimento deste capital bancário: a oferta de recursos monetários ociosos, em fuga da erosão da moeda, e uma demanda de capitais para investimentos que se tornavam rentáveis, dada a atração exercida pela taxa de juros real negativa. Dialeticamente, da crise cuja inflação era expressão, surge a principal condição objetiva, não somente à retomada do crescimento no Brasil, mas à soberania nacional como um todo: o sistema de intermediação financeira formada por um sistema bancário nacional e privado, pronto para carrear recursos aos setores estrangulados da economia e quebrar o círculo vicioso da dominação financeira exercida pelo imperialismo sobre o nosso país.

Do estudo de nossos ciclos breves, cujos conteúdos são marcados pela implantação de sucessivos setores que compõem nossa indústria, a indústria leve, a pesada e as infra-estruturas, é que Rangel tira síntese para quem as infra-estruturas estranguladas são o novo ponto nevrálgico a se atacar, tendo a indústria mecânica pesada (criada durante o governo Geisel) como seu complemento produtivo. Este nó,

em Rangel, viria a ser rompido pelo papel progressista a ser cumprido pelo nascente capital financeiro brasileiro, em detrimento do capital externo causador de dependência.

O estrangulamento financeiro do Estado demanda a concessão das infra-estruturas estranguladas ao capital privado nacional, cujas encomendas de trilhos, locomotivas, geradores etc., ao serem feitas a empresas nacionais, gerariam efeitos multiplicadores em toda a economia de forma que a solução para a questão social, ao invés de ser encontrada no retorno a formas primitivas de agricultura, é encontrada na abertura de novos campos de investimento na economia, sobretudo nas cidades.

Em Rangel, e elencados em A Inflação Brasileira, o conjunto de medidas para nosso salto qualitativo inclui uma chamada planificação do comércio exterior, direcionado à abertura de novos mercados para nossos produtos, notadamente nos países socialistas e da periferia, conforme tem ocorrido hoje. Esta medida completaria, em conjunto com a concessão de serviços públicos a empresas privadas nacionais, uma lenta e gradual quebra dos laços de dependência do nosso país para com o nosso inimigo maior, o imperialismo norte-americano (10).

Pensando estrategicamente, ao se aparelhar de um sistema de intermediação financeira e aumentar a capacidade do Estado nacional, tanto para exportar capitais e financiar exportações, quanto planificar déficits comerciais com nossos vizinhos e os países irmãos africanos, o Brasil estaria dando um passo na direção de um capitalismo de Estado, que por sua vez é um passo decisivo e necessário na transição ao socialismo.



## Revisitar a obra, uma justa homenagem

A melhor homenagem a uma obra da estatura de *A Inflação Brasileira* deve ser sua revisão, independentemente de preconceitos e miudezas típicas do verdadeiro “mercado de idéias” que vivemos no Brasil e no mundo. Esta revisão é ainda mais necessária em momentos de “cotovelo da história”, como vivemos em nosso país. País este que há mais de duas décadas vive experimentando soluções econômicas com aparência progressista, porém reacionárias em sua essência como, por exemplo, o Plano Real e o choque de “arrocho” dele derivado.

Especificamente para seu autor, que para Bielschowsky “foi o mais criativo e original analista do desenvolvimento econômico brasileiro” (1988, p. 209), cabe uma série de constatações elogiosas já feitas em diferentes momentos por intelectuais como Armen Mamigonian, Carlos Lessa, Milton Santos, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, Bresser Pereira, entre outros, porém, uma



delas acreditamos ser especial e foi escrita em 1995, pelo professor Paulo de Tarso Soares, da FEA-USP, e reproduzida na introdução escrita por Marcio Henrique Monteiro de Castro às Obras Reunidas de Ignácio Rangel, como segue:

“O grande pensador Ignácio Rangel faz muita falta aos seus amigos, mas faz mais falta ainda para a classe operária e para os defensores do socialismo científico. Mesmo os que não concordam com as idéias políticas (...) da análise rangeliana, terão de reconhecer que, em março de 1994, o Brasil perdeu um dos maiores pensadores de seu processo econômico. Homens com a independência intelectual e a coragem política de Rangel fazem muita falta para os que ficam”.

\* Elias Jabbour é doutorando em Geografia Humana pela USP, professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Depto. de Geociências da UFSC. Autor de “China: infra-estruturas e crescimento econômico” (Anita Garibaldi, 2006, 256 p.) e “China: desenvolvimento e socialismo de mercado” (DG-CFH-UFSC, 2006, 86 p.).

(1) Uma notável síntese do pensamento de Ignácio Rangel pode ser encontrada no cap. 5 de R. Bielschowsky: *Pensamento Econômico Brasileiro*, IPEA, 1988, onde, conforme Mamigonian (1997): “(...) não se confunde Rangel com CEPAL ou estruturalismo como faz G. Mantega em *A Economia Política Brasileira*”.

(2) Sobre a dualidade ler: Rangel, I. “A história da dualidade brasileira”. In, *Revista de Economia Política* n° 1, vol.4, págs. 5-34, jan-mar, 1981. Disponível em: <http://www.rep.org/pdf/04.pdf>

(3) Rangel, I.: “A Inflação Brasileira”. In, *Obras Reunidas de Ignácio Rangel*. Editora Contraponto, Vol. 1, p. 555, Rio de Janeiro, 2005.

(4) A adesão a esta opinião tem raiz na própria forma liberal de como se aborda o conceito de poupança. Sobre isto ler: Rangel, I.: “O que é poupança interna?”. In, *Obras Reunidas de Ignácio Rangel*. Editora Contraponto, Vol. 2, págs. 326-333, Rio de Janeiro, 2005.

(5) Idem ao 3, p. 595.

(6) Isso se atesta pelo fato de a inflação e seu controle até hoje ser a principal variável a se considerar na elaboração de políticas econômicas no Brasil e também pelo o seu controle - há quase 20 anos - ser feito pela via da compressão de demanda (juros) e pela abertura comercial (câmbio) demonstrando a supremacia da visão de mundo dos bancos e oligopólios estrangeiros. Em curtas palavras: da força objetiva e subjetiva do imperialismo no Brasil.

(7) *Ibidem* ao 3, p. 663. Importante notar que a opinião pública brasileira, notadamente quase a totalidade das esquerdas, foi ganha para o discurso do “combate à inflação” partindo do pressuposto da mesma como fator de perda do poder de compra dos trabalhadores quando na verdade entre 1993 e 2003, no auge das políticas de “estabilização”, segundo dados do DIEESE a participação dos salários na composição do PIB nacional caiu em 50%.

(8) Rangel, I.: “A Inflação Brasileira”. In, *Obras Reunidas de Ignácio Rangel*. Editora Contraponto, Vol. 1, p. 613, Rio de Janeiro, 2005. Atualmente é muito comum, em momentos de recessão, a indução de capacidade ociosa em setores como o automobilístico. Nota-se também que uma das “armas” contra a inflação utilizada no Brasil foi a substituição de oligopólios industriais nacionais por oligopólios estrangeiros como no setor alimentício, metal-mecânica e siderúrgico.

(9) Empiricamente pode-se relacionar esse movimento com o fato de o Brasil, com ou sem inflação, ter sido o país do mundo que mais cresceu economicamente no século passado.

(10) Sobre a solução aos impasses econômicos brasileiros e também sobre o futuro do processo de reprodução do capital em nosso país é importante a leitura de Posfácio à 5ª Edição escrito por Rangel de *A Inflação Brasileira*. É atual a ponto de tranquilamente poder servir de base a uma plataforma nacionalista e desenvolvimentista para o Brasil.

## Homenagem

## Álbum de memórias

## Maria José Cyhlar

Na edição passada do *JE*, publicamos artigo em memória do economista Sylvio Wanick Ribeiro, morto em setembro último, aos 81 anos de idade. Na reunião de pauta do jornal, que definiu a publicação daquele artigo sobre este que foi um dos pioneiros da luta pela regularização da profissão de economista, não faltaram vozes lembrando uma ausência nas páginas do *Jornal dos Economistas*.



O homem da enxada: apresentado sob inúmeros e diferentes ângulos, foi a figura mais freqüente, durante anos, nas páginas de *Agroanalysis*, publicação mensal do CEA/IBRE/FGV, que sempre contou com a colaboração da Maria Jose. Ressaltando a notícia da morte de amigo da instituição, o “homem” apareceu uma única vez sentado, apequenado, cabisbaixo e com a sua enxada ao rés do chão, tal como na reprodução abaixo, com a qual agora se homenageia a Maria Jose.

A economista Maria José Cyhlar Monteiro se foi em 9 de setembro de 2005. Apesar de sua trajetória, de suas inúmeras contribuições, inclusive, às entidades de economia e de economistas, sua morte passou em silêncio. O texto a seguir tem por objetivo primeiro retirá-la deste quase silêncio e dar um passo no sentido da reconstrução e reconstituição de sua memória. Coincidência ou não, o texto a seguir é um “álbum de memórias”, como assim o denominou o seu autor, o mesmo Sylvio Wanick Ribeiro, que não poupou a nenhum de nós a crítica aguda, até aqui também silenciada, e que agora retiramos do esquecimento a que foi submetida, encarcerada que estava nas folhas sucessivas de um processo de comunicação de óbito, devidamente guardado nos arquivos bem cuidados do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Nesta crítica, Wanick lamentava este nosso esquecimento, esta nossa ausência de memória, afirmando:

“Choca-me, com freqüência, o fato de ler ou ver, nos obituários registrados na imprensa, em geral, textos extremamente acanhados em palavras a respeito de pessoas que muito se dedicaram a

trabalhos profícuos ou causas que lhes pareceram nobres. Tudo encerram ao noticiar rapidamente a morte, local e, eventualmente, a doença constante do atestado de óbito médico. Maria José não teve nem esse pífio registro, nem mesmo nas publicações das entidades às quais dedicou horas e horas de sua vida”.

É esta lacuna, esta presença de Maria José Cyhlar Monteiro, a Zezé, que agora retiramos do esquecimento, incorporando-a ao álbum de memórias do *JE*. O texto, como dito, é de autoria do próprio Sylvio Wanick Ribeiro, que o assinou apenas com a inicial “W.” A ilustração é a mesma publicada pela revista “*Agroanalysis*”. Maria José foi conselheira e fez parte do Conselho Editorial do *Jornal dos Economistas*.

A ela a nossa homenagem e o resgate de sua memória.

#### Datas em destaque

- Nascimento: 15-5-1942. São Sebastião da Pedreira. Lisboa. Portugal.
- Por ser filha de austríaco, em missão diplomática, sua nacionalidade é austríaca.
- Colação de grau em Economia: 12-12-1965, na PUC do Rio.
- Naturalização brasileira: Decreto de 30-1-1-1966.
- Nomeação como economista da FGV: 7-7-1967 (lotada no IBRE/CEA)

- MS na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais: 1976.
- Morte: 09-09-2005.

#### Aspectos da vida e poucos outros

Perdoem-me estas linhas. Escrevi-as contrariado. Não desejava fazê-lo. Aí estão como um dever.

Encerra-se aqui este álbum, singelo em seus objetivos, creio que assim alcançados, apesar do vulto da figura central focada, cuja vida, cedo e abruptamente cortada, registrou constantes lances de grandiosidade, dos quais não me ocupei. Gente rara, porém gente, sempre e permanentemente gente. Maria José Cyhlar Monteiro possuía excepcional inteligência e granjeou elevada cultura, tanto geral quanto especializada.

Sua formação básica veio dos excelentes colégios religiosos cursados em Belgrano, belíssimo bairro de Buenos Aires e que muitos acreditam poderia ser “um país”, e no Rio de Janeiro. A educação formal superior foi em Economia, na PUC do Rio, com Mestrado na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. Sua biblioteca, de milhares de livros e documentos, é toda ela lida. Foi professora, sobretudo na UFRJ, e tradutora, em especial de textos de economia. Falava vários idiomas, alguns com grande fluência. Tinha memória muito boa e primorosa redação. Vivia para



estudar, instruir-se, mas, igualmente, foi uma mulher de ação, tendo participado, embora no tipo de “formiguinha”, de todos os grandes acontecimentos de seu tempo, ocorridos por aqui.

Maria José nasceu em Lisboa, porém tinha a nacionalidade austríaca, por força da missão diplomática exercida por seu pai. Chegou ao Brasil, vinda da Argentina, onde sua família estava residindo, no começo de sua juventude e, ao completar a maioridade, pleiteou e obteve a nacionalidade brasileira, não mais daqui saindo, salvo a passeio e/ou visita aos familiares, que todos vivem na Europa. Ela se julgava permanentemente em dívida para com o Brasil, mais do que os aqui nascidos, porque livre optara pela sua nacionalidade. Nisso, não era de todo original. Há outros que assim também se declaram.

**Original, contudo, era sua arraigada convicção a respeito e o cumprimento sem vacilação desse verdadeiro princípio. Fincou suas raízes nesta terra, para sempre.**

O álbum é, em destaque, um repositório de fotografias comuns, encontradas quase sempre dispersas, entre mil papéis, instantâneos tirados, por certo, sem nenhum vislumbre de poder passar ao futuro. Momentos vividos, aqui e ali, havendo por perto uma câmera fotográfica. Esses retratos, todos ou quase todos, não foram posados. Aí estão, agora, mostrando, em destaque, relembrações da beleza física da Maria José, sua muito especial “beleza européia”. Mas sua também excepcional beleza interior, como reproduzi-la em imagens, como comprová-la? Aí só sabe quem a conheceu de perto, quem com ela conviveu. Assim mesmo, como considerar o que o ser humano é capaz de esconder, de disfarçar, por desamibição ou humildade, por não querer o foco dos holofotes? Além dos retratos, o álbum guarda algumas poucas informações, muito poucas, sobre a vida profissional da Maria José. Renunciei, por econo-

mia de espaço, a ver essa face, que igualmente foi ímpar e rica.

...Para não mais alongar este doído relato: Maria José faleceu, sem que lhe voltasse a consciência, na madrugada do dia 9 de setembro. Por decisão familiar, foi embalsamada (para que o corpo pudesse aguardar a chegada do casal de seus filhos, residentes na Europa), sendo enterrada no dia 12 de setembro, no Cemitério São João Batista. No estágio muito adiantado da insidiosa moléstia que a acometeu (exames assim revelaram), os recursos médicos atuais, se aplicados, unicamente serviriam para prorrogar indesejável maior sofrimento. Se chamada a decidir, e em condições de fazê-lo, Maria José preferiria a morte, a morte digna, aliás, em casa e proferindo “as últimas palavras a que todo moribundo deveria ter direito, como em velhos tempos. Era de sua convicção. Nada dessas trágicas UTI’s modernas, com seus bárbaros procedimentos “científicos”.

Perguntaram-me se Maria José sabia de seu grave estado de saúde. Não sei, nada me revelou que assim pudesse concluir. Para mim, ela estava grandemente estressada, sob depressão, muito angustiada com o difícil trabalho de tradução, já no final, que estava fazendo, de um livro de econometria, em prazo curto, tendo, no período, surgido algumas dificuldades que geraram pequenos atrasos, como defeitos nos seus computadores. O número de motivos que me leva a considerar que ela de nada soubesse ou suspeitasse é bem maior do que os em sentido contrário. Só sei que ela confiou, creio em excesso, no tratamento homeopático, chegando a declarar, de certa feita, mas uma única vez, que o diagnóstico homeopático, “desta vez”, estava errado, não estava descobrindo o que tinha.

Quase garanto que, quando pediu e foi levada ao hospital, era para voltar, foi para se tratar, não para

o que aconteceu. Se sabia, escondeu ou disfarçou extremamente bem e o fez para “a ninguém dar trabalho”. Certo é que, apesar das várias declarações em contrário, nela havia consciência de que, sob a imensa quantidade de cigarros fumados, caminhava mais rápido, muito mais, para a morte. Do resto, encarregou-se a armadilha da vida. Devo registrar, encerrando este parágrafo, o que a atendente disse-me ter ouvido da Maria José, com ênfase: “ensina-me a chorar; quero chorar, mas não sei fazê-lo; como se chora?” Também não atino, até agora, com o que quis dizer a Maria José com essas palavras, pois, seguramente, não significa só, imagino, verter lágrimas.

Em nenhum momento, sequer desconfie que Maria José estivesse mortalmente ferida. Não merecia. Antecipou-se, consciente ou não. E com tanta vida (aparente) que ainda tinha pela frente. Nossa despedida foi um leve tapa que me deu, expresso por sua mão direita espalmada sobre o dorso da minha esquerda, com um arremedo de sorriso. Foi-se, dessa forma, uma querida e especial amiga. Sempre tive a certeza de que ela compareceria ao meu enterro (não eu ao dela), apesar de sua ojeriza a cemitérios e solenidades fúnebres. Tornou muito mais pobre a minha vez, quando chegar.

Choca-me, com frequência, o fato de ler ou ver, nos obituários registrados na imprensa, em geral, textos extremamente acanhados em palavras a respeito de pessoas que muito se dedicaram a trabalhos profícuos ou causas que lhes pareceram nobres. Tudo encerram ao noticiar rapidamente a morte, local e, eventualmente, a doença constante do atestado de óbito médico. Maria José não teve nem esse píffio registro, nem mesmo nas publicações das entidades às quais dedicou horas e horas de sua vida. Seus amigos, alunos, conhecidos e colegas, sua família, contudo,





muito choraram e choram a sua morte. Os economistas, em particular os economistas agrícolas, perderam uma sua representante digna, íntegra, competente e batalhadora.

Maria José deixou extensa bibliografia, com textos escolares, ensaios, teses, projetos, artigos em jornais e revistas e vários destacados livros traduzidos, sendo que muito dessa obra está sem menção de autoria, por exigência de editores (p. ex: quase todos os estudos publicados mensalmente em "Agroanalysis").

Daria para preencher muitas outras páginas para falar acerca da Maria José, mas isso não constitui o propósito deste álbum, sim-

ples como ela sempre foi e quis ser. Quem o folhear verá, com facilidade, motivos para críticas, pela falta geral do jeito de sua composição. Encarreguei-me de fazer o álbum e tudo nele está impregnado de forte emoção, pois focaliza a vida de uma criatura com a qual convivi, quase diariamente, por mais de 30 anos, ou seja, desde quando ingressou no quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas. Nesse longo período, não registramos nenhuma alteração, guardadas, com muito respeito, divergências eventuais, tudo como parte importante da doçura dela.

Saudade, Maria Jose.  
W.

**Fernando Pessoa:**

*A Morte é a curva na estrada,  
Morrer é só não ser visto.  
Se escuto, eu te oiço a passada  
Existir como eu existo.  
(Cancioneiro)*

**Da Costa e Silva:**

*Saudade! Asa da dor do Pensamento!  
Gemidos vãos de canaviais ao vento.  
O Parnaíba – velho monge,  
As barbas brancas alongando...  
(Sangue)*

**Carlos Drummond de Andrade:**

*Do lado esquerdo carrego meus mortos  
Por isso caminho um pouco de banda.  
(Fazendeiro do Ar)*

*PS: Reli estas páginas e evidenciei que o que mais lhe sobra são omissões. No seu figurino, contudo, não cabe ser prolixo nem tampouco sucinto, sobretudo porque, como testemunha, tomou-se obrigatório, para responder a perguntas objetivas, demorar um tanto na narrativa dos últimos momentos da Maria José. Fica, então, como está. Não consegui fazer nada melhor. Contudo, entre o que faltou ressaltar sobressai o fato incorrigível da perda de mais uma formiguinha, que passou a avolumar o formigueiro de gente boa e necessária, que também já se foi, muitíssimo diferente da canalha dominante.*

*Quando se tiver de reconstruir este território, para que o Brasil volte a ser um país, o que acontecerá inevitavelmente, sentiremos, ainda mais, ausências como a da Maria José. (O mesmo)*

**CORECON-RJ - BALANCETE DO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2007**

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS**

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIÇÕES	
	JUL A SET/06	JUL A SET/07		(EM R\$)	(EM %)
<b>RECEITAS</b>			<b>RECEITAS</b>		
ANUIDADES	190.775,08	260.936,87	ANUIDADES	70.161,79	36,78
PATRIMONIAL	38.930,41	40.180,64	PATRIMONIAL	1.250,23	3,21
SERVIÇOS	11.394,26	7.910,16	SERVIÇOS	(3.484,10)	-30,58
MULTAS E JUROS DE MORA	-	-	MULTAS E JUROS DE MORA	-	-
DÍVIDA ATIVA	196.501,60	130.579,97	DÍVIDA ATIVA	(65.921,63)	-33,55
DIVERSAS	43.936,35	81.028,62	DIVERSAS	37.092,27	84,42
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>481.537,70</b>	<b>520.636,26</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>39.098,56</b>	<b>8,12</b>
<b>DESPESAS</b>			<b>DESPESAS</b>		
DE CUSTEIO	678.403,43	726.908,06	DE CUSTEIO	48.504,63	7,15
PESSOAL	285.525,65	327.691,12	PESSOAL	42.165,47	14,77
MATERIAL DE CONSUMO	9.684,74	18.403,46	MATERIAL DE CONSUMO	8.718,72	90,03
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	383.193,04	380.813,48	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	(2.379,56)	-0,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86.600,25	89.245,45	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.645,20	3,05
DESPESAS DE CAPITAL	25.172,82	44.107,52	DESPESAS DE CAPITAL	18.934,70	75,22
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>790.176,50</b>	<b>860.261,03</b>	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>70.084,53</b>	<b>8,87</b>

# As injustiças na Reforma da Previdência

**Dada a formação do Fórum Nacional pela Previdência, creio oportuno reavaliar a Reforma da Previdência, ocorrida em 2003. Para tal reavaliação recorro ao instrumental utilizado para avaliar o processo decisório, que nos faz, pelo menos, mais conscientes das limitações da nossa capacidade cognitiva, da nossa sujeição a uma série de vieses e de que nossas decisões são bastante influenciadas pela maneira como um determinado problema é estruturado (efeito *framing*).**

**Ainda que essa reforma tenha sido aprovada há quatro anos, creio que vale a pena enxergá-la com as novas "lentes", até para que utilizemos também essas lentes nas próximas etapas da referida reforma, ainda longe de ser concluída. Basicamente, neste breve texto, serão destacados o efeito *framing* e a noção de justiça.**

■ Fernanda Milne-Jones  
Náder Garavini\*

A Reforma Previdenciária, assim como a Reforma Tributária, representava um dos pilares para as mudanças a serem promovidas pelo, então, recém-eleito Governo Lula. Entretanto, a consecução desta reforma significava a perda de renda de uma fatia expressiva do eleitorado brasileiro, sobretudo o servidor público, e toda uma reformulação da relação estabelecida com o funcionalismo. O governo sabia que precisa ser rápido na aprovação da reforma que não poderia ser postergada para o ano seguinte, 2004, ano eleitoral.

Cabe explorar, de início, mais profundamente, a razão pela qual parlamentares não votariam esta matéria em um ano eleitoral. As reformas que mais claramente retiram direitos já estabelecidos, como seria o caso da proposta em análise, normalmente não são votadas em anos eleitorais porque os parlamentares temem retaliação dos eleitores, ressentidos com suas perdas<sup>1</sup>. Em outras palavras, os políticos, de maneira mais ou menos intuitiva, identificam um ponto fundamental da teoria da perspectiva<sup>2</sup> sobre as características do processo decisório: a resposta à perda (refletida em votos) é muito mais extrema que a resposta a um ganho.

## Viés do interesse próprio

Por estas razões, como explica Ávila (2003)<sup>3</sup>, para conquistar apoio para a reforma o governo precisaria minimizar seus pontos negativos e enfatizar os positivos. Assim, cientes de

que a maneira como um problema é enquadrado influencia significativamente a tomada de decisão (no caso o julgamento dos eleitores sobre a Reforma da Previdência), dois grandes pontos positivos foram, especialmente, enfatizados no debate: a correção do déficit previdenciário e a promoção de um sistema previdenciário justo.

O então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, declarou em seu discurso de posse que "(...) a Reforma da Previdência Pública tem como objetivo garantir nosso compromisso com o ajuste de contas públicas, não apenas no presente, mas também no futuro"<sup>4</sup>.

Esta conjugação da correção do déficit, que fazia parte de um programa maior do governo de ajuste das contas públicas, à noção de justiça do sistema previdenciário, parece indicar o viés do interesse próprio.

O viés do interesse próprio explica porque percepções do indivíduo a um mesmo conjunto de informações podem variar imensamente segundo a posição ocupada por este indivíduo. Isso ocorre porque "os indivíduos primeiro determinam sua preferência por um certo resultado, com base no seu interesse próprio (no caso, o equilíbrio das contas públicas), e então justificam essa preferência com base na justiça (a equidade do sistema), mudando a importância dos atributos que afetam aquilo que é justo"<sup>5,6</sup>.

A reorganização das contas públicas figurou como um dos principais argumentos para a aprovação da reforma. Para destacar a relevância do desequilíbrio foram apresentados números que comprovariam o montante do déficit. Foi apresentado um déficit, em 2002, de R\$ 17 bilhões, na Previdência dos trabalhadores do setor privado, e de R\$ 39 bilhões, na Previdência dos servidores



públicos<sup>7</sup>. Este déficit de R\$ 56 bilhões foi apurado ao se comparar o total de contribuições dos trabalhadores e empregados (receitas) com o total de aposentadorias e pensões (despesas). Entretanto, esta “ótica de caixa”, como denominada por Zotterman (2003)<sup>8</sup>, apresenta algumas ressalvas que não foram enfatizadas, alterando o enquadramento do problema e, possivelmente, o posicionamento a seu respeito.

De forma bastante sucinta, pode-se destacar três pontos na apresentação do problema da Previdência. O primeiro deles representa muito bem as possibilidades de enquadramento. O montante do débito foi apurado apenas na Previdência Social, sem considerar que esta conta faz parte da Seguridade Social, da qual também fazem parte a Assistência Social e a Saúde. A Seguridade Social, como um todo, é superavitária no ano em questão, o de 2002 (ver quadro 2 em anexo).

Um segundo ponto é a consideração das receitas de 2002 para financiar as despesas com benefícios neste mesmo ano. Como nos demais fundos de pensão, incluindo os privados, é constituída ao longo dos anos uma “poupança remunerada” que cobrirá os benefícios futuros. Deve-se considerar ainda que as receitas da Previdência Social não se destinaram exclusivamente ao provimento de suas despesas correntes e futuras. Nos textos consultados<sup>9</sup> há referência ao uso de recursos da Previdência

para grandes obras, como a Ponte Rio-Niterói, a Transamazônica e a construção de Brasília.

O último ponto diz respeito à necessidade de consideração, nas contas, das sonegações, renúncias fiscais e dívidas com a Previdência, que representam R\$ 27 bilhões, R\$ 10 bilhões e R\$ 176, 6 bilhões (estimativas até 2002), respectivamente.

## Noção de injustiça

Além do efeito do enquadramento, que releva os pontos positivos e não menciona outros pontos destacadamente relevantes como os colocados acima (cômputo da conta total da Seguridade, demais usos dos recursos da Previdência, existência de sonegação, renúncias e dívidas com a Previdência), um segundo argumento enfatizado na defesa da Reforma da Previdência é a noção de justiça<sup>10</sup>. Quando se vê o quadro 1 (em anexo) tem-se a medida das diferenças entre as contribuições e benefícios dos aposentados do setor público e do setor privado. Estas diferenças decorrem principalmente das regras distintas e da impossibilidade de o empregado do setor privado contribuir de acordo com o valor integral de seu salário.

Um aspecto que aprofunda esta noção de injustiça do sistema então vigente são os casos de aposentadorias milionárias. Como citado por José Genoíno: “Algumas despesas aposentadorias chegam a ultrapassar os R\$ 50 mil por mês.”

“Tversky e Kahneman (1974) argumentam que, quando um indivíduo julga a frequência com que um evento ocorre pela disponibilidade de seus exemplos, um evento cujos exemplos são mais fáceis de recordar parecem ser mais frequentes do que um de igual frequência, mas cujos exemplos são menos fáceis de recordar<sup>11</sup>.”

Segundo as estimativas do Ministério da Previdência, de um total de 1,3 milhão de servidores do Poder Executivo e de parte do Judiciário, 279 recebiam benefícios e salários acima do teto (0,021% deste total). Provavelmente, no Poder Judiciário, onde os salários são mais elevados, esta porcentagem deve ser mais elevada. Mas, afinal, quantos representam – algumas, muitas ou poucas pessoas?


Pesquisando sobre a iniquidade do sistema então vigente, chamaram-me a atenção os textos sobre a distribuição de renda promovida por este mesmo sistema, uma nova possibilidade de enquadramento e de noção de justiça. Principalmente, porque o sistema provê benefícios a trabalhadores, sobretudo, rurais, que não contribuíram com a Previdência. Em 2002, R\$ 14 bilhões correspondiam ao pagamento de benefícios no valor de um salário mínimo para cerca de 7 milhões de trabalhadores rurais que jamais haviam contribuído. Segundo Queiroz (2003)<sup>12</sup> “o déficit, por paradoxal que possa parecer, não é nocivo. Ao contrário, por ser custeado pela socie-

dade, constitui-se, hoje, no melhor instrumento oficial de redistribuição de renda às camadas mais desfavorecidas da população, muito mais eficiente - porque direto e sem burocracia - do que as chamadas políticas compensatórias.”

Tenho plena noção que a discussão feita aqui não alcança a complexidade do tema. Espero apenas ter chamado atenção para alguns pontos que se tornam mais visíveis, a partir do estudo Tversky e Kahneman.

Não apenas o governo, mas também aqueles que se opõem à reforma têm consciência de que para fazerem valer as suas posições devem lidar com as sutilezas da racionalidade humana.

Creio que seja em função deste reconhecimento que associações de classe de servidores públicos perceberam que não conquistarão adeptos se mantiverem uma posição de defesa exclusiva de seus interesses particulares.

Neste sentido, é interessante notar que, no documento do Sindicato dos Fiscais (Unafisco), sobre a Reforma da Previdência, haja grande ênfase na necessidade de recuperar a Previdência, Geral (dos trabalhadores do setor privado), cujos beneficiários devem gozar dos mesmos direitos, propondo um “nivelamento por cima”. 

\* Economista, assessora do vereador Eliomar Coelho. Correo: fmjnader@yahoo.com.br

1 No programa de governo da Coligação Lula Presidente, há consciência de que “(...) por lidar com um conjunto de direitos adquiridos ao longo de décadas, a implementação plena de uma Reforma Previdenciária atravessa um longo período de transição”.

2 Elaborada por Kahneman e Tversky (1979), com objetivo de explicar as escolhas realizadas em situações de risco.

3 Ávila, M. “A psicologia das reformas” em Gazeta Mercantil - 27/06/03.

4 Pronunciamento de Antonio Palocci na transmissão de cargo em 02/01/2003. Acessado em <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2003/Pr030102.asp> em 03/11/2004

5 Bazerman, Max. Processo Decisório. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

6 O entendimento do viés do interesse próprio talvez possa ajudar na compreensão de mudanças de percepção da bancada federal do PT, quando no poder e quando na oposição. “Em setembro de 1999, depois de uma enxurrada de liminares contra a contribuição dos inativos, o STF julgou favoravelmente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela OAB. Na época, o PT moveu uma liminar de igual teor contra a lei. (...) Em agosto de 2004, o STF retomou o julgamento e decidiu, por 7 votos a 4, a constitucionalidade da cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, instituída pela reforma da Previdência.” Fonte: Correio Braziliense, 19/08/2004

7 No quadro em anexo, mostram-se as principais diferenças entre os dois regimes previdenciários.

8 Zotterman, L “reflexões sobre a Reforma da Previdência Pública” – Brasília 25/02/2003

9 Reprodução do texto da ex-Presidente do BNH, Sandra Cavalcanti, em O Estado de S. Paulo no site da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) em [http://associadas.abrapp.org.br/diario\\_dia.asp?Data=3/6/03](http://associadas.abrapp.org.br/diario_dia.asp?Data=3/6/03), acessado em 07/11/2004 e Revista Consultor Jurídico, acessada na página da OAB. [http://www.google.com.br/search?q=cache:HglDLZx-PvjUJ:www.oabsp.org.br/comissoes/comissoes.asp%3Fid\\_comissao%3D9%26opcao%3D3+financiamento+hist%C3%B3ria+%22+Ponte+rio+niteroi%22+%22seguridade+social%22+&hl=pt](http://www.google.com.br/search?q=cache:HglDLZx-PvjUJ:www.oabsp.org.br/comissoes/comissoes.asp%3Fid_comissao%3D9%26opcao%3D3+financiamento+hist%C3%B3ria+%22+Ponte+rio+niteroi%22+%22seguridade+social%22+&hl=pt)

10 Esta noção está bem explicitada no trecho de artigo de José Genoíno, Presidente do PT: “O sistema de Previdência do Brasil é injusto e iníquo, não garante a dignidade da grande maioria dos aposentados e prejudica todos os contribuintes. Os únicos beneficiários desse sistema são uma pequena minoria de aposentados, provenientes de categorias do funcionalismo público, que constituem grupos especiais de privilegiados. Os números que comprovam as distorções e os privilégios do sistema são de causar espanto e indignação. Por isso, a reforma previdenciária que o governo e o Partido dos Trabalhadores propõem, além de ser necessária, é imperativa, no sentido de se restaurar a justiça e a equidade.” Em artigo publicado em O Estado de São Paulo – 26/04/03

11 Bazerman, Max. Processo Decisório. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 20

12 Queiroz C. “Meias Verdades no Déficit Previdenciários”



Sonho  
realizado em  
**1 minuto?**

**Crédito minuto**

 **Banrisul**  
[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

# Um futuro para o campo



Em meio aos crescentes debates acerca da vocação agrícola brasileira, a investida política de consolidação do discurso do agronegócio, enquanto propulsor da economia, fez com que as discussões sobre a reforma agrária perdessem espaço em algumas esferas nos últimos anos, aparecendo inclusive como uma questão resolvida, ultrapassada ou obsoleta em determinadas arenas de discussões.

■ Valdemar João Wesz Junior\*

**M**as, apesar da força deste discurso, a reforma agrária parece reassumir uma posição de destaque nos debates, nos processos sociais e nos programas governamentais recentes.

É isto que Sergio Leite e Rodrigo Ávila nos mostram em “Um futuro para o campo”, chamando atenção para a atualidade do tema da reforma agrária. Essa exposição, construída inicialmente para a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (2006), é agora lançada em livro.

No primeiro momento da obra, os autores resgatam a concepção de reforma agrária de forma didática e operacional, apontando que esta não deve se limitar a uma política de distribuição de ativos fundiários, mas requer um processo mais geral que envolva ainda o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, tecnologias, mercado de produtos e de trabalho e,

especialmente, à distribuição de poder. Nesse sentido, mesmo a reforma agrária tendo um caráter redistributivo, ela não se restringe a essa análise, “envolvendo-se ao desenvolvimento, à justiça e à igualdade social, além do combate à pobreza propriamente dito” (p. 15).


Perante esse arcabouço, Leite e Ávila fazem-nos repensar a própria matriz do processo de transformação agrária, retirando-a dos enlances reducionistas às quais foi submetida em período recente.

Sergio Leite e Rodrigo Ávila fazem suas ponderações sobre a reforma agrária, considerando que seus efeitos não se limitam à dimensão social, pois a questão eco-

nômica também é atingida, já que a distribuição de terras correlaciona-se positivamente com a distribuição de renda. No oposto, a desigualdade influencia negativamente o crescimento pela geração de instabilidade macroeconômica e constrangimento da poupança e do investimento dos segmentos mais vulneráveis.

Ao mesmo tempo, para além do crescimento econômico, a redistribuição de propriedades aproveita melhor a mão-de-obra e as terras, minimiza o êxodo rural, gera segurança alimentar (pelo autoconsumo e pela diversificação agrícola), fortalece politicamente os beneficiários, fomenta os mercados locais e redinamiza as regiões pela implementação de assentamentos. Portanto, a reforma agrária se apresenta como um elemento de inevitável presença quando se pensa em redução da pobreza e da desigualdade em países em desenvolvimento com alta concentração fundiária, como é o caso do Brasil.

Em suma, “Um futuro para o campo” edifica seus argumentos situando as experiências brasileiras e supranacionais, destacando os efeitos perversos da concentração econômica e fundiária e a necessidade de uma reforma agrária frente ao contexto de pobreza e desigualdade nos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, os autores retomam uma discussão que vem apontando cada vez mais para um fator que é imprescindível quando se pensa em redução da pobreza e desigualdades, e maior equidade e justiça social. Assim, além da riqueza conceitual, operacional e de fácil assimilação, a grandeza desse livro consiste em apontar a necessidade da reforma agrária no contexto atual brasileiro, onde esse mecanismo não pode continuar a ser considerado obsoleto, desnecessário e negligenciado em uma nação onde se encontram os maiores índices de concentração de ativos e renda. 

## Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social

Autores:

Sergio Pereira Leite  
& Rodrigo Vieira de Ávila

Editora:

Vieira & Lent, 2007.

\* Mestrando do CPDA/UFRRJ

# Educação precisa de mais recursos no orçamento do Rio de Janeiro

*“Investir em crianças e respeitar seus direitos formam a base de uma sociedade justa, uma economia forte e um mundo sem pobreza.”*  
Nações Unidas 2002

**Baseado nessa filosofia faz-se necessária uma busca por um controle dos gastos orçamentários destinados à proteção e desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Para tal foi criada uma metodologia de cálculo e controle pelas seguintes instituições: Unicef, Inesc e Fundação Abrinq; e deu-se o nome de Orçamento Criança e Adolescente (OCA).**

Essa metodologia consta na divisão do orçamento em áreas de atuação: saúde, educação, assistência social e direitos da cidadania, inclusive as subáreas, tais como saneamento, habitação, cultura e desporto e lazer, que têm relação de alguma forma com crianças e adolescentes. As dotações orçamentárias cujos objetivos são a criança foram consideradas “exclusivas”, isto é, a totalidade da dotação. Naturalmente, outras ações dirigidas a toda população e dentro das áreas escolhidas também interferem no desenvolvimento infanto-juvenil. Assim sendo, consideramos essas ações “não exclusivas”. O cálculo para essas últimas se dá baseado no percentual de crianças e adolescentes de até 17 anos, em relação à população total residente.

## Município

São considerados como “exclusivos”, dentro do Orçamento Criança e Adolescente carioca, todos os programas de trabalho do orçamento destinados diretamente à educação e à assistência social específica à criança e ao adolescente. Os outros programas das áreas e subáreas citadas acima são considerados como “não exclusivos”. Segundo dados da Pnad (IBGE, 2004), 26,7% da população do município do Rio de Janeiro são de crianças e adolescentes.

O OCA carioca foi elaborado com os dados realizados de 2005 e 2006, o “autorizado” para 2007, mais a realização até novembro, e a previsão para 2008. Os dados de 2005, 2006 e 2007 tiveram correção monetária com base em novembro de 2007; e para 2008 foram considerados valores correntes (Tabela 1).

Nota-se que de 2005 para 2006 o OCA total teve aumento de 2,52%, e de 2006 para 2007 poderemos ter novo aumento, tendo em vista que 95,7% do valor realizado em 2006 já foram liquidados até novembro de 2007.

A proposta para 2008 é de que o OCA tenha elevação de 1,71%, comparado com a proposta para 2007. Observa-se, no entanto, que esse aumento é alavancado pela elevação do orçamento “não ex-

clusivo”, tendo em vista que a proposta do orçamento “exclusivo” para a criança e o adolescente, que envolve assistência social específica e educação, sofre uma queda de 2,27%. O peso maior dessa redução está na educação, pois para a assistência houve aumento de 1,44%. O que nos leva a refletir quanto à qualidade do ensino e das condições de aprendizagem. Cabe a ressalva de que, para a realização desse cálculo com educação, são subtraídos programas ligados à administração geral e financeira.

No gráfico 1 está demonstrado o peso do OCA com relação a todo orçamento carioca.

Em 2005, o OCA correspondeu a 22,5% do total executado do orçamento. Em 2006, esse percentual passou para 23,3%. A previsão de 2007 é de que haja novo aumento, passando para 24,37%, percentual até o final do mês de novembro deste ano. Para 2008 estão previstos gastos com o OCA que correspondem a 22,15% do total previsto na Proposta de Lei Orçamentária (PLOA).

## Estado

No Estado do Rio de Janeiro, a população até 17 anos, segundo dados da Pnad de 2004, é de 4.144.438, ou, 27,2% do total. A realização do OCA representa algo em torno de 16% do total do orçamento. Em 2005, foram liquidados R\$ 5,4 bilhões (16,4% do total) referentes ao OCA, sendo R\$ 4 bilhões (12,2% do total) em ações “exclusivas” e R\$ 1,4 bilhão (4,2% do total) em ações “não exclusivas”.

Já em 2006, foram liquidados R\$ 5,7 bilhões com o OCA, o que

Gráfico 1

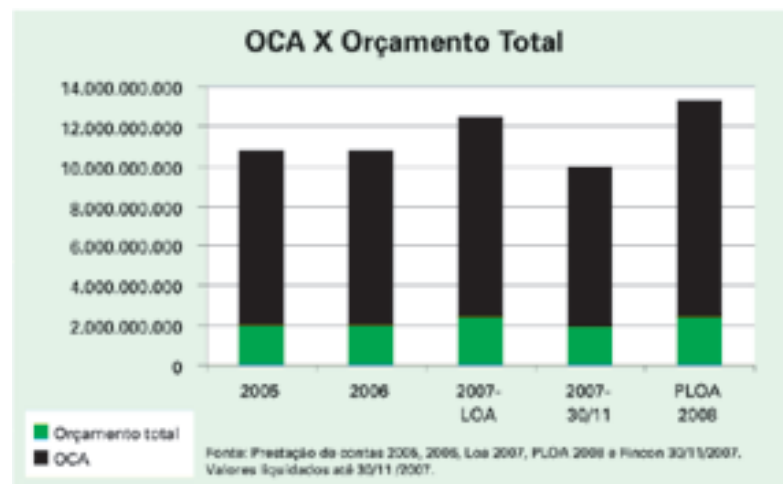


Tabela 1

Ano	2005	2006	2007-LOA	2007 até-30/11	PLOA 2008
Exclusivo	1.454.168.700	1.596.212.302	1.778.909.188	1.443.567.187	1.738.510.677
Não Exclusivo	528.265.551	436.222.308	596.037.836	500.567.024	676.967.914
<b>Total</b>	<b>1.982.434.251</b>	<b>2.032.434.610</b>	<b>2.374.947.024</b>	<b>1.944.134.212</b>	<b>2.415.478.591</b>

Fonte: Prestação de contas 2005, 2006, Loa 2007, PLOA 2008 e Fincon 30/11/2007.



representa um aumento de 5% em relação ao ano anterior. No entanto, como o orçamento total teve um incremento de 8,5%, a participação do OCA no total caiu para 15,8%. Destaque-se que este incremento deu-se pelo aumento de R\$ 132,5 milhões em ações “exclusivas” e de R\$ 136,7 milhões em ações “não exclusivas”. Desta forma, as respectivas participações no total passaram a ser de 11,6% e 4,3%, respectivamente.

Em 2007, até novembro, 16,3% do total liquidado foram com o OCA, dos quais 12,7 ponto percentual em ações “exclusivas” e 3,6 p.p. em “não exclusivas”. Em valo-

R\$ 1,7 bilhão (4,2% do total). Isto representa, em termos nominais, uma elevação de 13,6% em relação à Lei Orçamentária de 2007.

Cabe destacar, no entanto, que existem diferenças entre os PLOAs e as LOAs. E também existem diferenças entre as previsões nas Leis Orçamentárias e o efetivamente realizado. Em 2005, 93,6% do previsto na LOA foram liquidados. A realização do OCA foi pouco inferior, alcançando 92,4% do previsto. Já em 2006, 97,5% do total previsto na LOA foram liquidados, enquanto 96,0% do OCA foram executados. Em 2007, até novembro, o OCA está sendo li-

calculamos o valor do OCA per capita (Tabela 2).

Desta forma, o valor gasto por criança carioca não chega à R\$ 60,00 por mês, embora a LOA de 2007 e a PLOA 2008 apontem crescimento significativo desse valor. Já no estado, percebe-se que os gastos com cada criança fluminense ficam em torno de R\$ 116 ao mês.

Deve-se considerar que essa quantia abrange saúde, educação, assistência e direitos da cidadania. A título de comparação, destacamos: o valor per capita do OCA do governo federal (não responsável pelo ensino fundamental) foi de R\$ 48,00, em 2006, e, no Distrito Federal, de R\$ 50,00, por dia (cerca de R\$ 1500,00 por mês).

Tendo em vista as atuais condições socioeconômicas das crianças e adolescentes cariocas e fluminenses fica claro que é preciso aumentar esses gastos. Talvez esteja aí a causa para o Rio apresentar indicadores educacionais insuficientes e inferiores à maioria dos estados do Brasil. Tal realidade já foi percebida pelas entidades destinadas à proteção e promoção dos direitos das crianças, as quais reivindicam:

- Aumento no número de vagas na educação infantil;
- Ampliação do número de servidores públicos para o atendimento à criança e ao adolescente;
- Aperfeiçoamento desses servidores;
- Construção de locais de atendimento para crianças em situação de risco;
- Construção de unidade de inter-

nação, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ou seja, a identificação do problema é reconhecida por todos, o caminho já foi apontado. Urge colocar em prática o discurso consensual para reverter esse dramático quadro social. A dignidade das crianças não tem preço.

## Em Niterói, saúde, educação e saneamento perdem peso

Inauguramos a partir desta edição uma seção destinada ao orçamento do município de Niterói, cidade que também possui um Fórum sobre Orçamento ([fponiteroi@yahoo.com.br](mailto:fponiteroi@yahoo.com.br)). Temos a expectativa de contribuir, mensalmente, para a discussão sobre as políticas públicas implementadas e desejadas, através do orçamento público. Por estarmos no início desse novo campo de atuação, apresentaremos somente um resumo sobre as três últimas propostas orçamentárias (2006, 2007 e 2008).


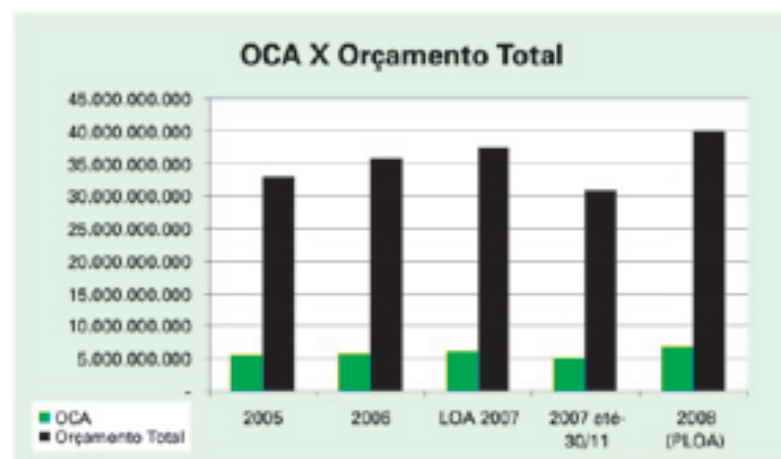
As receitas estimadas sofreram pouca variação e pode-se dizer que, em Niterói, cerca de 40% de seu orçamento depende das transferências de outras esferas governamentais. Outro dado relevante é a previsão das operações de crédito para 2008 – de R\$ 30.700.000 –, que representa mais de 4% de todo o orçamento. Ainda não sabemos quais são as despesas condicionadas por esse possível empréstimo. Sobre as despesas observamos a evolução das funções governamentais e as alterações mais relevantes, inclusive pelo peso que representam no total do orçamento, foram a diminuição da participação de saúde, educação e saneamento; contrapondo-se ao aumento de urbanismo, legislativa e transportes. 

Gráfico 2



res absolutos foram liquidados R\$ 5 bilhões com o OCA, sendo R\$ 3,9 bilhões em ações “exclusivas” e R\$ 1,1 bilhão em “não exclusivas”.

A Proposta Orçamentária de 2008 (PLOA 2008) prevê R\$ 6,8 bilhões, ou 17% do total, para o OCA. Para as ações “exclusivas” estão previstos R\$ 5,1 bilhões (12,9% do total) e para as “não exclusivas”

liquidado menos intensamente do que nos exercícios anteriores, com 83,3% liquidados.

### A prioridade do futuro

Considerando a estimativa de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro, segundo o IBGE (município e estado, respectivamente),

Tabela 2

Ano	2005	2006	2007 LOA	2007-30/11	2008- PLOA
OCA-município/por criança-Ano	R\$650	R\$666	R\$778	R\$637	R\$792
OCA-estado/por criança-Ano	R\$1.304	R\$1.369	R\$1.464	R\$1.220	R\$1.638

# Aprovados no Exame Nacional da Anpec



*A seguir alguns dos alunos que participaram do curso preparatório para Anpec, promovido pelo Corecon-RJ, e que foram aprovados no último exame.*



## APROVADOS PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Daniel Cardoso Seicera  
Bruno Cortat de Carvalho  
Leonardo Dondoni Dutra  
Thiago Ramalho Vasco da Silva Lima  
Clara Pereira Cerqueira  
Gustavo Souto de Noronha  
Andreia Santana Pontes  
Marcelo Bertoche Guimarães

## APROVADOS PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Maria Claudia Gonçalves Barreto  
Eduardo Amendola Camara



## APROVADOS PARA A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

José Augusto Barbosa Guimarães  
Tatiana Sousa Macedo  
Alexandre Federici Gomes  
Rafael Bender  
Mônica Regina Reis



## APROVADO PARA A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Leonardo Tavares Pereira

## APROVADA PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Janine Pessanha de Carvalho

## AGRADECIMENTO AOS PROFESSORES

André Gaglianone de A. Kasprzykowski (Matemática)  
Antonio Carlos de Jesus Assumpção (Macroeconomia)  
Attilio Guaspari (Estatística)  
Benedito Sérgio de Oliveira (Matemática)  
Jorge Cláudio Cavalcante de Oliveira Lima (Microeconomia)  
Renaut Michel Barreto e Silva (Economia Brasileira)



## UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
Programa de Pós-graduação em Economia e Gestão Empresarial

### Mestrado em Economia Empresarial

Recomendado pela CAPES / MEC

**15**  
anos  
de  
**SUCESSO**

Comunicação & Marketing

---

**Áreas de Concentração:**  
Finanças e Investimento das Empresas - Estratégia Empresarial  
Gerenciamento de Projetos (Nova Área) - Planejamento e Controle Gerencial

---

Convênio com CORECON/RJ:  
**15% de desconto**  
 para economistas registrados nas mensalidades.

TURMAS: tarde, noite ou sextas à noite e sábados

Inscrições: até 15 de janeiro de 2008  
 Seleção (entrevista): entre 08 e 16 de janeiro de 2008  
 Matrículas: até 21 de janeiro de 2008  
 Início das aulas: 18 de fevereiro de 2008

Rua da Assembléia, 10, sala 709  
Centro - Rio de Janeiro

Tel/Fax: (21) 2252-5612/2232-8451 e 2531-2000 r. 294 (das 14 às 20hs.)  
mestradoec@candidomendes.edu.br • www.candidomendes.edu.br/mec